

Gudin: neoliberalismo *versus* inserção internacional do Brasil*

*Maria Angélica Borges***

Resumo:

O artigo examina a produção teórica de Eugênio Gudin, expressando a sua postura neoliberal. O autor contemplou o capitalismo como sistema de produção que se coaduna harmonicamente com a democracia. Trabalhou com o par economia de mercado e democracia como antítese do planejamento e totalitarismo, construindo um discurso que privilegia o plano geral abstrato, sem uma análise histórico-concreta para cada caso específico.

A inserção da economia brasileira na divisão internacional do trabalho está posta desde a colonização da América enquanto continente, a partir da empresa mercantil e colonial no século XVI. Desde o início da nossa história estamos diante da problemática da nossa emancipação.

No século XIX, conquistamos a emancipação política na formação do Estado nacional, sem contudo romper os laços de subordinação estrutural aos pólos hegemônicos do capitalismo internacional. A problemática da emancipação econômica perdurou e perdura até os dias atuais. É dentro desta discussão que foi criado um rico debate onde podemos vislumbrar pelo menos três grandes tendências: a primeira, que identifica a solução dos problemas econômicos do país através da incorporação da economia nacional no mercado mundial de forma homogênea, sem acirrar as contradições com o imperialismo, aceitando pacificamente as regras do jogo ditadas pelo capital internacional através de seus países líderes. É a abertura para o capital estrangeiro em nome da integração com o mercado mundial, efetivando o mundo da livre concorrência, mola mestra da economia de mercado.

A segunda tendência defende a possibilidade de o país ainda ser um centro autônomo dentro do capitalismo, conseguindo sua emancipação econômica circunscrita à lógica do capital. O

* Versão adaptada para artigo do original *Eugênio Gudin: capitalismo e neoliberalismo*, tese de doutorado defendida no Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, 1995 e transformada em livro do mesmo nome, editado pela Educ/Bienal, São Paulo, 1996.

** Diretora da Faculdade de Economia e Administração da PUC-SP.

desenvolvimento econômico pode acontecer, conquanto empreguemos uma política econômica que garanta nossa soberania através do protecionismo e de uma participação agressiva do Estado na economia, quer como catalisador e financiador do processo de industrialização, quer como produtor direto dos serviços públicos e mesmo de bens intermediários como aço, petróleo e produtos químicos.

A terceira posição é representada na defesa da superação da nossa dependência econômica através do rompimento com o modo de produção capitalista. Não existe possibilidade de emancipação econômica e, conseqüentemente, política nas hostes do capital, só para além de sua tutela. Romper com a subordinação e com o subdesenvolvimento é romper com o capitalismo.

Gudin¹ incorpora a primeira tendência. Produz sua obra como reafirmação desta visão e contraposição às outras duas posições. Sua afinidade com uma política econômica que privilegia a defesa da economia de mercado convergente com o capital internacional — visto por ele como o aliado natural — recoloca-o como autor atual.

As leis de tendência do modo de produção capitalista, ao contrário do que acredita Gudín, demonstram que este navega nas águas turbulentas das crises cíclicas que encontram fortes tufões: as crises estruturais. Neste contexto, o economista do novo liberalismo precisa ser sempre lembrado como símbolo da possibilidade de equilíbrio. Sua função é encobrir este quadro de desarranjo com um véu ideológico — a determinante política das crises —, deslocando a raiz dos problemas para além da fronteira do tecido econômico.

Garantida uma análise que repõe os pressupostos do equilíbrio, pode-se efetuar a defesa da inserção internacional homogênea à economia mundial. Em outras palavras, sem atritos com o imperialismo. Toda vez que uma situação de crise estrutural se coloca e reinicia-se a discussão, realocação e efetivação do país na redivisão econômica internacional, Gudín é lembrado pelos neoliberais como reforço da necessidade de se alimentar a aliança com o capital estrangeiro. Aí está o busilis de sua permanência como ideólogo ao longo do século XX (desde a década de 30) na história do pensamento econômico brasileiro.

1. Eugênio Gudín (1886-1986) economista carioca neoliberal, criador do decreto-lei de 22/9/45, que regulamentou os cursos de economia no país, autor de mais de dois mil títulos versando, principalmente, sobre economia brasileira, entre outros temas.

Agricultura *versus* indústria: uma polêmica do subdesenvolvimento

Gudin, ao enfrentar o debate agricultura *versus* indústria, revelou mais uma vez os seus pressupostos neoliberais. Nesta polêmica

desenvolvimento *versus* subdesenvolvimento esgrima, principalmente, com as idéias cepalinas e com todo o leque desenvolvimentista de diferentes nuances. Este embate é descrito e analisado neste artigo em função da atualidade que contém. Contraditoriamente, aproximamo-nos do próximo século, mas ainda carregamos mazelas estruturais de nosso caminho colonial na construção do capitalismo brasileiro. As teses gudinianas ainda persistem e, para o nosso bem, urge desmistificá-las. Para tal, a crítica do mestre dos economistas neoliberais se faz necessária.

Inicialmente lembramos que Gudin reconhece no discurso que apóia a industrialização somente estreiteza analítica, pois nas nossas possibilidades naturais não haveria condições para uma indústria produtiva, sucumbiríamos na improdutividade. Analisamos mal as nossas potencialidades quanto à industrialização e “enjeitamos” a agricultura.

A controvérsia sobre a industrialização está entrelaçada com a polêmica: planejamento *versus* mercado. Gudin centra fogo tanto na política industrial e planejamento internos, como focaliza o “socialismo real” como reforço ideológico para argumentar contra o intervencionismo e abriga o tema do capital estrangeiro como o hóspede bem-vindo. Apesar da polêmica da “ajuda do capital internacional” conter cores próprias, ela cumpre o papel de recarregar as baterias gudinianas a respeito da defesa sobre a inserção homogênea do capitalismo brasileiro no cenário mundial.

Evidenciando os mesmos pressupostos assinalados na polêmica com Simonsen, surge em fevereiro de 1947, na revista *Digesto Econômico*,² o artigo: “Taxa de juros”. A origem deste escrito foi uma conferência proferida na Bolsa de Mercadorias de São Paulo, no dia 28 de novembro de 1946. Lembramos este discurso por sugerir a relação entre economia política, capitalismo e crise nos mesmos moldes da “Controvérsia” (debate Gudin & Roberto Simonsen). Aparecem também os conceitos de taxa de juros, produtividade e inflação na ótica neoliberal. E será sempre, nesta dimensão, que Gudin enfocará as categorias econômicas que irá introduzir no seu discurso. Economista autodidata, como já mencionamos, vai formando sua lógica de “raciocinar o econômico” ao longo dos primeiros escritos e amadurecendo sua visão no decorrer dos anos.

Sua análise abraça os interesses do setor agrário exportador e seu aliado tradicional, o capital internacional. Transparece esta posição ao sinalizar os efeitos da inflação na economia brasileira. “O de que sofremos é de uma deformação da nossa economia ocasionada pela inflação. Existem setores em que a produção é

2. Sob o patrocínio da Associação Comercial de São Paulo e da Federação do Comércio do Estado de São Paulo apareceu, em dezembro de 1944, o primeiro número da revista *Digesto Econômico*. Lemos na contracapa deste primeiro número, os objetivos deste periódico, do qual Eugênio Gudin será um permanente colaborador: “Tratando-se de revista de circulação obrigatória entre os produtores de São Paulo e os maiores do Brasil, além de ampla divulgação no interior, nas capitais e nos centros dos principais países sul-americanos, graças à distribuição entregue a uma das maiores organizações especializadas desta parte do continente — dispensando-nos de encarar o valor que representará para comerciantes, industriais e homens de negócios em geral, o servir-se desse poderoso veículo de propaganda de

suas atividades". E é este o papel de Gudin nesta revista, o de um propagandista dos ideais do neoliberalismo. Enquadrando-se perfeitamente no editorial inaugural, deixara até a década de 1980, vários textos impressos nestas páginas. Ver *Digesto Econômico*, dezembro de 1944.

insuficiente. É necessário tornar possível o aumento de produção nesses setores, liberando fatores de produção empregados nos setores inflacionados, como os de encilhamento das construções civis, das inúmeras obras do governo, das novas estradas de ferro, das novas estradas de rodagem, cuja execução não é premente e que estão absorvendo os fatores de produção que faltam a lavoura" (Gudin, 1947: 68).

Na disputa pela hegemonia dos setores agrário e industrial, Gudin defende a manutenção da economia voltada para o mercado externo, portanto, os interesses do primeiro setor. Há várias vertentes do pensamento econômico que explicam diferentemente o fenômeno da inflação. Não é aqui o local para o aprofundamento destas divergências, pois este trabalho centra-se na análise da obra de Gudin acerca do seu conceito de capitalismo. Mas a indicação do problema se faz necessária como constatação de uma das nuances de seu pensamento, por isso é que aparece a indicação do fenômeno, ainda que de forma afloratória.

Neste sentido, cabe lembrar as suas colocações que envolvem o tema: "Por eminentes que sejam esses economistas, Keynes inclusive, entendo que eles dão à taxa de juros uma importância excessiva entre os vários fatores que influem sobre a conjuntura econômica. A atitude do empreendedor ao decidir sobre a realização ou abstenção de determinado empreendimento depende de muitos outros fatores além da taxa de juros. Incerteza sobre a procura efetiva do produto final, apreciação ou depreciação do valor da moeda no curso da execução do empreendimento, possíveis diferenças entre o custo orçado e o custo real das instalações, sucesso ou insucesso técnico, abundância ou escassez de pessoal habilitado, maior ou menor grau de obsolescência de maquinaria durante o tempo de sua vida útil, variações da política tributária, ou da política aduaneira, posição mais ou menos monopolística do negócio, tudo isso são fatores que pesam sobre a decisão do empreendedor mais do que a taxa de juros" (Gudin, 1947: 68).

Dentro deste debate econômico transparece o ângulo tradicional nas palavras de Gudin, pois o que o aflige é o custo do dinheiro para o setor agrário; na realidade, ele não está discutindo o conceito econômico "taxa de juros" e sim as conseqüências da política econômica oficial em relação ao crédito. No plano da teoria, ele não explicita como todos esses fatores interagem na decisão do empreendedor e porque são mais significativos que a taxa de juros. É mais uma relação de fatores do que uma explicação do fenômeno. A teoria econômica aparece, no discurso de Gudin, defendendo

política e ideologicamente o capitalismo. Aqui, indicar os conceitos econômicos sem explicitá-los funciona como defesa apologética do sistema, é a persuasão e não o convencimento que acaba pesando na análise.

O autor continua: “Os fatores de produção não são ilimitados. A sede de produzir mais, indistintamente, sem se lembrar da necessidade de prover os fatores de produção necessários, indo buscá-los onde eles podem ser dispensados, só redundam em aumento de preços. A nossa situação atual é de verdadeiro leilão de fatores de produção, trazendo como consequência uma alta indefinida de todos os preços” (Gudin, 1947:68).

O que Gudin mostra nesta passagem reflete o período em que está escrevendo: a segunda metade da década de 40. Sua análise reflete a disputa em voga, naquele momento, principalmente em relação à mudança no padrão de financiamento para os dois setores, que vinha se processando desde os inícios da Revolução de 30. O seu protesto traduz a realocação que o setor primário-exportador sofreu e o custo econômico e político que paga e pagou pela perda da hegemonia: “Os problemas de moeda e crédito não devem constituir um setor separado dos demais problemas econômicos. O estudo de moeda e crédito deve ser entrosado no conjunto dos problemas gerais de produção e distribuição. (...) Um dos instrumentos de mais direta ligação entre o setor monetário e a economia do país é constituído pela taxa de juros, isto é, pelo preço de crédito”(Gudin, 1947: 69).

Gudin preocupa-se com quem ganha e com quem perde, naquele momento da história econômica do Brasil, com a política econômica praticada pelo governo. Conseqüentemente, quer saber quem paga o “preço do crédito”, assim como quem pode repassar este custo.

Este é o nó górdio da questão enfrentada por Gudin, a disputa entre as diferentes facções dos setores dominantes da economia na concorrência pelo domínio do capital e o seu respectivo financiamento: “As nossas taxas de juros no Brasil são, sabidamente, muito elevadas, não só em comparação às que vigoram nos Estados Unidos e na Inglaterra, mas, mesmo em relação às da Argentina ou do Chile. É um problema que temos que enfrentar. (...) Numa conjuntura de alta constante de preços, como a atual, a taxa de juros real é, na verdade, muito mais baixa do que a taxa nominal. (...) E é por isso que em conjuntura de inflação, negociantes indústrias e empreendedores se dispõem a pagar taxas de juros elevadas que são facilmente cobertas por lucros crescentes” (Gudin, 1947: 71).

3. "A chamada legislação trabalhista tem sido estudada apenas do ponto de vista de sua estrutura formal corporativista, da organização dos trabalhadores e da sua possível tutela pelo Estado; e tem sido ariscada a hipótese de que a fixação do salário-mínimo, por exemplo, teria sido uma medida artificial, sem relação com as condições concretas da oferta e demanda de trabalho: os níveis do salário-mínimo, (...) seriam *níveis institucionais*, acima daquilo que se obteria com a pura barganha entre trabalhadores e capitalistas no mercado. Uma argumentação de tal tipo endossa e alimenta as interpretações dos cientistas políticos sobre o caráter redistributista dos regimes políticos populistas entre 1930 e 1964 e, em sua versão econômica, ela faz parte da base sobre a qual se pensa a inflação no Brasil..." (Oliveira, 1972).

Deduz-se da fala do autor que o preço do crédito não é igual para todos os setores. Porém, não premia o setor agrário-exportador, pois a política praticada acaba gerando uma escassez de crédito para as "classes produtoras", como identifica o seu setor. Diz o economista: "O que aflige as classes produtoras neste momento é menos taxa de juros do que a própria escassez do crédito" (Gudin, 1947: 72).

Uma coisa está diretamente relacionada à outra e, como podemos perceber pelo quadro descrito, as facilidades de crédito direcionam-se para o setor industrial e suas necessidades, sendo sua quantidade limitada, não sobrando as mesmas vantagens para o outro setor. É neste contexto que Gudin não esquece a política salarial praticada pela indústria que, segundo ele, contribui para inflacionar a economia, pois o setor industrial passaria adiante este custo.

Escutemos a sua voz, relacionando este ponto da escassez de crédito para o setor agrário e a política salarial vigente na época: "Qual a razão desse decréscimo do fluxo de moeda para as caixas dos bancos? A razão está (...) na alta repetida de salários que se generalizou após o catastrófico decreto do governo provisório federal de 31 de dezembro de 1945, que elevou todos os salários abaixo de 1.000 cruzeiros de 100% e de 200% (...). Além de desequilibrar violentamente as finanças da União, o decreto veio criar padrões gerais de salários muito mais elevados, padrões esses cuja generalização reclamam os assalariados de todos os setores, com o apoio da demagogia e do comunismo" (Gudin, 1947: 72).³

A partir do que Gudin escreveu neste trecho, podemos deduzir que a lei geral da acumulação capitalista estava sendo rompida. Certifiquemo-nos um pouco mais: "os salários, em vez de serem rebocados pelos preços, passaram à frente dos preços, elevando os custos de produção e gradativamente anulando portanto a vantagem temporária dos beneficiados aparentes" (Gudin, 1947: 72).

Mas, como a história nos ensina desde os primórdios do capitalismo industrial, sendo a lógica do capital mais capaz que a nossa vã constatação empírica, observemos o que realmente se passa na acumulação brasileira pós-30: "A Revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial" (Oliveira, 1972: 10).

Nesta transição vivida pela história econômica brasileira podemos assistir a um "processo mediante o qual a posição hegemônica", que se concretiza, traduz algo crucial: "a nova correlação de forças sociais" — como mencionamos acima — e "a reformulação do aparelho e da ação estatal, a regulamentação dos fatores, entre os quais o trabalho

ou o preço do trabalho, tem o significado, de um lado, de destruição das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário-exportadoras e de outro de criação das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno" (Oliveira, 1972: 10).

Estamos diante de um momento, na nossa economia, em que se introduz "um novo modo de acumulação, qualitativa e quantitativamente distinto, que dependerá substantivamente de uma realização parcial interna crescente. A destruição das regras do jogo da economia agrário-exportadora significava penalizar o custo e a rentabilidade dos fatores que eram tradicionalmente alocados para a produção com destino externo, seja confiscando lucros parciais (o caso do café, por exemplo), seja aumentando o custo relativo do dinheiro emprestado à agricultura (bastando simplesmente que o custo do dinheiro emprestado à indústria fosse mais baixo)" (Oliveira, 1972: 11).

É neste novo cenário que o setor agrário e seus representantes se sentem incomodados e gritam contra o setor industrial e a nova política salarial implementada pelo Estado: "Nesse contexto, alguns aspectos passam a desempenhar um papel de enorme significação. O primeiro deles faz parte da chamada regulamentação dos fatores, isto é, da oferta e demanda dos fatores no conjunto da economia. A esse respeito, a regulamentação das leis de relação entre o trabalho e o capital é um dos mais importantes, senão o mais importante" (Oliveira, 1972: 11).

Olhando a realidade nas décadas pós-30 até o momento em que Gudin escreve, fica clara a percepção do que ele quer alterar. Conforme disse: o setor industrial pode pagar taxas de juros elevadas, pois tem como repassar este custo, assim como conseguir financiamento. Essa política não deixa "sobras" para o outro setor, prejudicando os interesses do seu grupo. Logo, Gudin precisa negá-la, mostrando-a como ilógica do ponto de vista do capitalismo, principalmente com relação aos custos da força-de-trabalho.

Gudin não pode aceitar que a legislação tenha interpretado "o salário-mínimo rigorosamente como 'salário de subsistência', isto é, de reprodução; os critérios de fixação do primeiro salário-mínimo levavam em conta as necessidades alimentares (em termos de calorias, proteínas, etc.) para um padrão de trabalhador que deveria enfrentar um certo tipo de produção, com um certo tipo de uso da força mecânica, comprometimento psíquico, etc. Está-se pensando rigorosamente, em termos de salário-mínimo, com a quantidade de força de trabalho que o trabalhador poderia vender" (Oliveira, 1972: 12).⁴

4. A análise de Gudin minimiza o papel das leis trabalhistas, pois não pode reconhecer seu lugar na acumulação capitalista pós-Revolução Industrial. Com relação a esta postura, lembramos Oliveira: "Em primeiro lugar, é estranha a abstração que se faz do Estado na própria criação do mercado: a que mercado se referem, quando dizem que os níveis do salário-mínimo foram ou são fixadas acima do que se poderia esperar num 'mercado livre'? Este 'mercado livre', abstrato, em que o Estado não interfere, tomado de empréstimo da ideologia do liberalismo econômico, certamente não é um mercado capitalista, pois precisamente o papel do Estado é 'institucionalizar' as regras do jogo, em segundo lugar, é uma hipótese nunca provada que tais níveis estivessem

acima do custo de produção da força de trabalho, que é o parâmetro de referência mais concreto, para avaliar-se a 'artificialidade' ou a 'realidade' dos níveis do salário-mínimo". (Oliveira, 1972: 11)

Mas não seria a própria inflação uma forma de redistribuição de renda e não efeito da alta de salários? Na realidade, é a argumentação do próprio Gudin — traduzida nas suas queixas — que nos faz ver a resposta à nossa questão. Ele nos mostra que quem tem mais possibilidades e facilidades para obter crédito possui capacidade de otimizar os seus rendimentos, ou seja, impor seus preços: "A baixa da taxa de juros no momento atual, só seria aconselhável se fosse possível efetivar um processo de crédito seletivo limitado a determinados setores econômicos. Não é fácil fazê-lo" (Gudin, 1947: 73). A queixa de Gudin está realmente ligada à política de crédito e a questão salarial aparece como reforço de grande efeito, inclusive ideológico.

A distribuição do crédito nos moldes estruturados pós-Revolução Industrial não satisfaz o setor ligado à agricultura, que Gudin representa. Adicionada ao fato de que a agricultura veio desempenhar um novo papel, submetido aos interesses da indústria, ela "tem uma nova e importante função, não tão importante por ser nova mas por ser qualitativamente distinta. De um lado por ser sub-setor dos produtos de exportação, ela deve suprir as necessidades de bens de capital e intermediários de produção externa, antes simplesmente de servir para o pagamento dos bens de consumo. Desse modo, a necessidade de mantê-la é evidente por si mesma" (Oliveira, 1972: 15).

Provavelmente, desagrada ao setor tradicional "o compromisso entre mantê-la ativa e não estimulá-la como setor e unidade central do sistema, a fim de destruir o 'velho mercado'", pois isto "será um dos pontos nevrálgicos de todo o período: ao longo dos anos assiste-se aos *booms* e às depressões, os quais afetarão sensivelmente o ritmo da acumulação global, mas é possível dizer que o compromisso é logrado, ainda que instavelmente" (Oliveira, 1972: 15). A agricultura deixou de ser o setor-chave do sistema para ser dominada pela Revolução Industrial.

5. "Em torno desse ponto girará a estabilidade social do sistema e de sua realização dependerá a viabilidade do processo de acumulação pela empresa capitalista industrial. (Oliveira, 1972: 11)";

Logo, a acumulação para a indústria viabiliza-se — mesmo com dificuldade, caminha — e a agricultura realiza, agora, tarefas de suporte. E, além do mencionado, cabe completar: "De outro lado, por ser sub-setor de produtos destinados ao consumo interno, a agricultura deve suprir as necessidades das massas urbanas, de forma a não elevar o custo das matérias-primas, e não obstaculizar, portanto, o processo de acumulação urbano-industrial" (Oliveira, 1972: 15).⁵

É através da crítica de Gudin à política econômica que percebemos sua recusa às novas bases do novo padrão de

acumulação. O Estado alterou sua composição e, conseqüentemente, sua maneira de governar. A reforma pelo alto da Revolução de 30 alterou a forma de regular a economia; esta nova acomodação gerou — além do que já mencionamos — “fixação de preços, na distribuição dos ganhos e perdas entre os diversos estratos ou grupos das classes capitalistas, no gasto fiscal com fins direta ou indiretamente reprodutivos, na esfera da produção com fins de subsídio a outras atividades produtivas” enfim, o Estado criou “as bases para que a acumulação capitalista industrial, ao nível das empresas, possa se reproduzir” (Oliveira, 1972: 13-14).

Esta nova fase da história econômica brasileira gera novas contradições e abala a antiga correlação de forças das facções das classes dominantes. Neste sentido, Gudin aparece como um intelectual que reage a isto: “Os anos 1920-50 foram décadas em que se introduziram profundas mudanças na economia brasileira. A crise da economia cafeeira de exportação acelerou a divisão do trabalho nacional com a implantação de um setor manufatureiro no País. (...) O processo de industrialização em curso tinha gerado um intenso debate entre nacionalistas e privatistas desde os anos 30, que se intensificou no pós-guerra” (Silva, 1994: 226-227).

E ao reagir traduz os interesses do grupo que perdeu a hegemonia ao ter o seu espaço diminuído, pois como registra Bielschowsky ,de 1930 a 1945 temos o “colapso simultâneo da economia cafeeira e do poder hegemônico das oligarquias regionais” (Bielschowsky, 1988: 290).

Corroborando o que dissemos sobre a interpretação de Gudin com relação à política salarial e dando um contorno mais nítido para as nossas afirmações, principalmente no que concerne ser esta posição o ângulo social de um determinado grupo, temos a seguinte fala do autor em questão: “A legislação do salário-mínimo procura transpor para o campo social um problema que é, em sua essência, econômico. O fim colimado é de uma redistribuição da renda em favor de um determinado grupo, o dos baixos salários” (Gudin, 1954: 5).

Contrário à política salarial — que, segundo os pressupostos anteriores, funciona como um dos pilares da acumulação capitalista pós-30 — Gudin articula a posição neoliberal: “Mas a distribuição da renda em economia de mercado não é arbitrária; obedece ao princípio de que cada um recebe dos outros a compensação correspondente aos serviços que presta, de acordo com a livre avaliação do mercado. Enquanto houver uma economia monetária e enquanto for respeitado o princípio da liberdade de escolha

(*freedom of choice*), os preços de todas as coisas serão os que resultarem da oferta e da procura” (Gudin, 1954: 5).

Acreditando na utopia de que o mercado regula o preço justo, Gudin brada contra o salário-mínimo. “Mas no caso do salário-mínimo, o Estado intervém para declarar que o preço do trabalho humano não pode ser o preço do mercado. Há de obedecer a outros imperativos, qual o das necessidades mínimas do indivíduo” (Gudin, 1954: 5).

O paradoxo do salário-mínimo que ele enxerga transformado em distribuição de renda é, na realidade, a distribuição da remuneração do capital entre os setores agrário e industrial sob nova égide, do segundo em relação ao primeiro, tal como indicamos nas palavras de Oliveira. E, adicionando mais uma nuance em nome da economia de mercado, Gudin nega o salário-mínimo visto como deturpação dos padrões naturais da economia: “O critério (do salário-mínimo) é o do indispensável para cobrir as despesas de habitação, alimentação, vestuário, transporte e recreação (...). Mas acontece que a Humanidade, em seu todo, está longe de poder atingir esses padrões mínimos, que importariam em banir a miséria da superfície da terra, não pelo aumento da produção e sim por força de Decreto” (Gudin, 1954: 5).

A conclusão a que podemos chegar é que, ao acreditar na crítica de uma forma absurda de distribuição de renda através da socialização da miséria, Gudin reafirma e defende a insuficiência do nível de produção para aqueles índices: “O fato econômico é que a produção total do país, dividida igualmente por todos os habitantes, está longe de permitir o nível de conforto mínimo estipulado no decreto. A tragédia da legislação do salário-mínimo é que ela esbarra no fato econômico inexorável, não da distribuição, nem das formas monetárias, mas da quantidade insuficiente da produção” (Gudin, 1954: 6).

Relacionando o mínimo para a sobrevivência com o conforto, o economista reclama dos preços da força de trabalho pagos acima da lei da oferta e da procura: “Socialmente, ou antes, idealmente, é muito bonito. Economicamente, distribuir o que não há é um contra-senso. O Estado tem normalmente o poder de taxar, o poder de lançar o imposto e, com o produto desse imposto, beneficiar a classe B com recursos hauridos da classe A. Mas, aqui, o Estado vai além: intervém nos preços que uns pagam aos outros pelos serviços prestados, fixando preços superiores aos de mercado” (Gudin, 1954: 6).

Sabemos que os salários pagos, em média, não são para o conforto dos trabalhadores, mas para a reprodução da força de trabalho, sendo que o seu valor é pago por uma parte da jornada de trabalho, ainda gerando um *plus* valor que realiza a acumulação capitalista, senão o sistema estaria comprometido. Porém, o processo de industrialização iniciado com a Revolução de 30⁶ não foi interrompido; ao contrário, apresentou um contínuo crescimento e, em meados da década de 50, suplantou a renda gerada do setor agrícola. Logo, a acumulação estava se realizando.

Mas Gudin enxerga de outro modo o valor do salário e sua relação com a política industrial; trata-se da distorção da economia de mercado: "A dificuldade é que, para que isso funcionasse, seria preciso que o Estado tivesse o poder, não somente de alterar valores absolutos e sim de alterar também os valores relativos. (...) A hierarquia geral dos valores relativos dos fatores não pode ser permanentemente subvertida, salvo alterações na procura ou na oferta. Ela se restabelecerá com o tempo, porque ela corresponde à hierarquia das produtividades dos diversos fatores de produção, em geral, e dos diversos tipos de mão-de-obra, em particular" (Gudin, 1954: 6).

Mas se todos pudessem, sempre, passar e repassar os seus custos, Gudin não precisaria reclamar. Porém, uma alteração no valor da força de trabalho muda a taxa de retorno para o capital e se o setor tradicional da economia não está tendo mais as mesmas vantagens que outrora, tampouco as que a indústria conquistou, então, aí está a "perda" a que ele se refere, por culpa dos salários.

A categoria econômica "salário" já pressupõe perda e não é isso o que incomoda Gudin. O que o perturba é a mudança na remuneração de cada setor na taxa de lucro geral, produzida na sociedade brasileira após a Revolução Industrial: "Em economia, o que tem importância são os valores relativos e não os valores absolutos. Que importa que eu pague dez vezes mais por todas as coisas que compro se os meus rendimentos também passam a ser dez vezes maiores? O que desequilibra é a alteração dos valores relativos" (Gudin, 1954: 6). Na relativização das remunerações dos capitalistas e dos trabalhadores, os últimos sempre conhecem o desequilíbrio e esta situação não foi alterada. Portanto, embaixo do guarda-chuva da economia natural de mercado, Gudin mira os salários para acertar na política econômica iniciada no Governo Vargas, que não contempla os interesses explicitamente defendidos por ele, como temos notado nos seus artigos. Ou seja, uma política econômica voltada prioritariamente para o setor agrícola.

6. Ricardo Bielschowsky, ao analisar as origens do desenvolvimento, dá-nos elementos que confirmam esse crescimento paulatino da indústria brasileira: "Dois fatores históricos básicos deram sustentação ao nascimento do projeto desenvolvimentista. Em primeiro lugar, ocorria um vigoroso surto industrial. A conjugação da crise do setor exportador com a subversão dos preços relativos resultantes das desvalorizações cambiais e, além disso, a existência de capacidade ociosa acumulada nos anos 20 provocaram um deslocamento do centro dinâmico da economia, que passou a mover-se em resposta ao mercado interno. (...) Entre 1932 e 1939, a população industrial cresceu a uma taxa média de 10% ao ano, contra menos de 2% da população agrícola. A comparação

dos dados censitários de 1920 e 1940 dá uma boa medida da transformação na estrutura econômica brasileira: o valor do produto industrial passa de um quinto do total do valor de produção conjunto da agricultura e da indústria a mais de dois quintos desse valor. Como a taxa de crescimento da produção industrial nos anos 20 foi baixa (2,9% a.a), inferior mesmo à da agricultura (4,1% a.a), não resta dúvida de que a alteração fundamental deu-se na década de 30". (Bielschowsky, 1988: 295-296). Grifo nosso.

Em outro artigo datado de janeiro de 1950, o tema é retomado: "Do ponto de vista econômico (...) a ditadura viveu, quase invariavelmente, sob o signo perverso da inflação. Todos os imperadores e mais, todos os Presidentes da República haviam emitido menos de 3 milhões de contos. A ditadura legou-nos 17 milhões. Mas, como sabeis, o mal da inflação não está no fato de elevar os preços e sim no de elevá-los desigual e defasadamente. É o desequilíbrio dos preços relativos, muito mais do que a alta do nível geral de preços, que desorganiza a economia. E esse foi o maior erro da ditadura. Inflacionou as cidades e deflacionou os campos" (Gudin, 1950: 64).

Chamamos a atenção para esta última colocação do autor, dando enfoque aos interesses que temos sinalizado como sendo do grupo voltado para a atividade primário-exportadora. Mas, ilustrando um pouco mais: "Garantiu às cidades, por demagogia, a aquisição de gêneros a preço barato, enquanto os produtores do interior iam gradativamente abandonando as lavouras e o gado leiteiro, que já não remuneravam o custeio. Com exceção do famoso crédito aos pecuaristas, que enodoou a ditadura e ainda agora joga o resto da lama sobre o atual Governo, foi escasso o amparo ao produtor agrícola, enquanto, nas cidades, Caixas, Institutos e bancos que brotavam como cogumelos, deixavam jorrar o crédito para arranha-céus, especuladores e cassinos. Para cada produto criou-se um instituto: pinho, mate, sal etc. Para cada profissão outro instituto: bancários, comerciários, industriários etc. (...) Acresçam as leis trabalhistas que davam aos operários das cidade todos os direitos, inclusive o da indisciplina e o da vadiagem, companheiros inseparáveis da inflação e do hiperemprego. (...) A proliferação de bancos inidôneos custou até agora ao país, pela Caixa de Mobilização Bancária, mais de 2.000 milhões de cruzeiros, cujo resgate ficará para as calendas gregas. Caixas, Institutos e autarquias haviam depositado, não raro por vias escusas, mais de 1 bilhão de cruzeiros em bancos insolváveis. Para o campo nada disso. Só diante da ameaça de escassez de gêneros para as cidades, especialmente para a capital, foram garantidos certos preços mínimos. Não é, pois, de admirar o êxodo sem precedentes dos campos para as cidades. Não aquele êxodo salutar, que nos Estados Unidos resultou do aumento da produtividade agrícola e conseqüente disponibilidade dos fatores de produção, mas o êxodo de simples abandono da produção. O que surpreende é que ainda tenha ficado alguém no interior do país" (Gudin, 1950: 64).

Esta longa citação contém todos os elementos que temos fixado ao longo desta discussão, ficando evidente nas suas palavras,

inclusive com mágoa, as diferenças de dinâmica entre os dois setores. E o seu lamento recai sobre o campo e sua atual situação de abandono pela política econômica oficial.

Toda esta problemática está entrelaçada com as idéias que Gudin já havia defendido no debate com Simonsen. Ele caminhou sempre dentro dos parâmetros já por nós analisados na controvérsia; e, sempre que necessário, retomou a discussão. Prova disso é o seu artigo intitulado: "Planejamento econômico", também publicado na Revista *Digesto Econômico* em abril de 1951.

Inicialmente, o autor cita Robbins: "Plano é a grande panacéia do nosso tempo"; em seguida, Mises: "Planificar é o remédio milagroso de nossos dias; o prestígio da palavra é tão grande que sua simples menção é considerada como solução de todos os problemas econômicos" (Gudin, 1951: 33).

Após referência a esses autores, com o intuito de delimitar o seu espaço, Gudin une o tema à sua posição neoliberal: "Em Economia Liberal o planejamento da produção é ditado pela procura e por seus índices, que são (a curto prazo) os preços, atuais e — mais ainda — antecipados" (Gudin, 1951: 33).

Conhecemos esta fala, assim como já a registramos neste estudo; e, aqui, ela é reforçada na mesma seqüência, ou seja, vinculada à democracia econômica: "É o regime do sufrágio ininterrupto dos consumidores, ditando o que se deve e o que não se deve produzir. É a Democracia Econômica. A atividade de todos os setores da economia privada — Agricultura, Indústria, Comércio, Serviços, etc — é guiada pelos sufrágios do consumidor. Quando esses sufrágios traduzem o incremento da procura de um determinado artigo, o preço desse artigo tende a subir e essa alta será o sinal da necessidade de aumentar sua produção" (Gudin, 1951: 33-34).

É a análise da lógica do livre mercado como regulador da economia e dos preços como o seu termômetro: "O movimento ascendente ou descendente dos preços, conforme o sufrágio dos consumidores, passa a ser o fator de equilíbrio, de reajustamento, e, portanto de estabilidade do sistema econômico"(Gudin, 1951: 34).⁷

Mais uma vez, Gudin explicita que a forma de economia que satisfaz a sociedade é a forma do capitalismo naturalista, baseada na livre concorrência, na democracia econômica traduzida na economia liberal: "Daí a propriedade da expressão: 'Democracia Econômica', como sinônimo de Economia Liberal, para traduzir os princípios do sistema. Democracia Econômica ou Economia Liberal exprimem, de um lado, que se romperam as amarras com o passado

7. No seu Depoimento ao CPDOC/ História Oral — FGV/RJ, o autor posiciona-se contra o protecionismo e a favor do livre-comércio: "Eu considero um sistema errado; sou partidário do livre-comércio, porque esse sistema prejudica a importação e a exportação. Se você não compra dos outros, os outros passam a não comprar de você. Em matéria de balanço de pagamentos, há uma correlação entre uma coisa e outra. A política de estatizar, controlar a importação e a exportação é uma política errada. Politicamente, é uma arma que dá um poder tremendo, o poder de fuzilar uma empresa ou não. Só pode ter efeito mal, em geral, porque é um método errado de desenvolvimento econômico." (Gudin, 1978: 188).

do feudalismo ou do corporativismo, e, de outro, que se repudiam os controles dos regimes totalitários contemporâneos” (Gudin, 1951: 34).

A superação do feudalismo foi o capitalismo naturalista, antítese de qualquer forma de sistema que negue a democracia econômica. O capitalismo naturalista superou os limites feudais, sendo agora o anteparo contra as formas do totalitarismo atual. Este sistema natural de produção é a forma eterna e perfeita de o homem conduzir sua atividade econômica. Não está, inclusive, restrita a um único período, transcendendo os marcos históricos na visão do autor:

“Tem-se estabelecido certa sinonímia entre Economia Liberal e Capitalismo. Mas capitalismo é um método de produção, método indireto, muito mais produtivo que o método direto, pode ser utilizado em qualquer sistema econômico, liberal, totalitário ou outro. O equívoco na assimilação dos dois conceitos, economia liberal e capitalismo, decorre, em boa parte, do fato de que o início da revolução industrial, em fins do século XVIII, coincide com o advento das revoluções políticas que geraram as democracias ocidentais” (Gudin, 1951: 34).

Aqui, mais uma vez, explicita-se a desvinculação do conceito de capitalismo de sua gênese histórico-concreta: o capitalismo transforma-se em técnica natural de produção e precisa simplesmente seguir o seu curso, o curso da economia de mercado. É a separação do econômico das outras esferas da sociedade. Reduzido a fator e fechado na sua própria dinâmica natural autorreguladora, o econômico aparece desvinculando o capital da sua relação histórica com o trabalho, subjugando o segundo ao primeiro.

Tendo o dito como pano de fundo, passemos a analisar quais os argumentos com que o autor explicita a hegemonia que pretende eternizar: “Há ainda outro equívoco com relação à palavra capitalismo ao se lhe dar o sentido de uma predominância do capital sobre o trabalho, no sentido depreciativo de um regime de injustiças sociais. Não há nisso o menor fundamento. A doutrina que hoje se propaga, de forma espetacular, no sentido de inverter os termos do sistema econômico e de estabelecer o domínio do trabalho sobre o capital não passa de um misto de oportunismo e demagogia” (Gudin, 1951: 34).

Para Gudin, fora da hegemonia do capital sobre o trabalho só nos restam o oportunismo e a demagogia. Aliás, é o que detecta nos países onde a tentativa de inversão ocorreu. E, dando continuidade a esta linha de argumentação, coloca o dedo na ferida do socialismo real. Elege-o como contraponto da Economia Liberal, assim como

já o fizera com o nazismo no texto de 1943, "Para um mundo melhor" (já analisado por nós), e diz: "Em contraposição ao sistema da Economia Liberal ou Democracia Econômica, situa-se, no outro extremo, a economia integralmente planejada, que se pode definir como um sistema em que a produção para consumo e para investimento, em quantidade, qualidade e preço, em vez de ser determinada pelo sufrágio dos consumidores, é regulada pelas decisões da autoridade econômica onipotente" (Gudin, 1951: 34).

É a oposição liberal com as propostas intervencionistas. Trata-se, aqui, muito mais da reafirmação de um princípio ideológico, do que da análise crítica do mundo soviético. Muito menos um balanço crítico das experiências históricas do socialismo real; pois este é passível de crítica, como, aliás, qualquer formação social e, contemporaneamente a Gudin, várias vozes, inclusive das fileiras socialistas, levantaram-se para indicar graves distorções.

Porém, não parece ser este o caso; ou seja, o autor não pretende um ajuste de contas crítico de uma dada formação histórico-social, nos seus diversos níveis: econômico, político, social e cultural. É sim, como já foi dito, o embate entre duas concepções de mundo: o mundo do trabalho e o mundo do capital. Diz Gudin: "Esse sistema de planejamento integral da Economia só existe na União Soviética e em seus satélites, mas mesmo aí, segundo a opinião dos economistas mais informados do assunto, a planificação não é tão integral quanto parece. Ao invés do sufrágio universal dos consumidores, o planejamento é organizado e ditado por uma minoria que pode dispor das mais drásticas providências para tornar efetivas as suas determinações. Nesse regime perde o consumidor a faculdade de fazer com que suas preferências se reflitam sobre os preços e sobre a produção. Não pretendemos aqui estudá-lo. Citamo-lo com o só objetivo de fazer ressaltar os opostos" (Gudin, 1951: 35).

Ficou muito claro o objetivo de Gudin, como ele mesmo disse, de "ressaltar os opostos", tendo como malha teórica o debate plano *versus* mercado, tornando esta dualidade o fio condutor da antinomia liberal economia *versus* Estado, com seus limites e interações: "Mas a Economia Liberal ou a Democracia Econômica não importam em *laissez-faire*, no sentido de ausência de Governo ou de desinteresse do Estado pela ordem econômica. O seu principal cardeal é de que o Estado deve, em princípio e por todos os meios, evitar interferir no campo da economia privada. O Estado pode facilitar, estimular, premiar. Pode, nas fases de depressão, promover a realização de um programa de obras públicas, destinado a impulsionar a atividade econômica. Mas

o Estado não deve fabricar, não deve plantar, não deve comerciar, porque a economia privada dispõe para isso de uma grande superioridade de elementos” (Gudin, 1951: 35).

A autonomia do econômico realiza-se na esfera da vida privada, que contém o tônus de seu revigoramento; para Gudin, o comportamento contrário nega este vigor, sendo inadmissível em qualquer situação: “No Brasil o Estado, sem qualquer programação socialista de nacionalização, assenhoreou-se de muitos setores econômicos que nas outras democracias incumbem à iniciativa e direção privadas. Fica-se alarmado ao verificar como se tem estendido o domínio do Estado sobre tantos setores da economia brasileira. (...) O Estado tem no Brasil o controle da enorme maioria da rede ferroviária e de quase toda a navegação mercante. Estradas de ferro, navegação, portos, siderurgia, minérios de ferro, petróleo, fábrica de motores, são atividades hoje quase integralmente açambarcadas pelo Estado. Essa ampliação da atividade do Estado não foi, como em outros países, o resultado de um propósito, ou de um plano político. Foi, geralmente, o produto da incapacidade política e administrativa do Estado, que acabou por tornar inviável a direção privada das respectivas empresas e a forçá-las a entregar-se ao Estado. A par dessas atividades erradamente transferidas do campo da economia privada para o Estado, é de alarmar a manutenção, em tempo de paz, dos controles estabelecidos pelo Estado durante a guerra mundial. Controle de preços, controle de câmbio, controle de importação e exportação. Descontrolada é só a inflação” (Gudin, 1951: 36).

Neste último trecho citado, Gudin sintetiza todos os seus ataques aos inimigos do capitalismo no plano internacional e do capital agrário no cenário nacional. Na esteira da tese da ineficiência do Estado inclui as críticas da liderança da indústria em relação à agricultura — através da política cambial —, assim como cobra o descontrole inflacionário como prova de incompetência do Estado, por não deixar a economia a mercê das livres forças do mercado.

E, para completar nossos comentários sobre este artigo que retoma teses já familiares ao nosso trabalho, gostaríamos de ressaltar um ponto: a validade do planejamento, só reconhecida por Gudin numa situação de conflito bélico: “Essa crítica às intervenções desnecessárias e prejudiciais do Estado no campo da economia privada não importa, entretanto, em recusar-lhe, de modo absoluto, a faculdade e mesmo o dever de intervir nesses campos em circunstâncias especiais e temporárias. Tal é o caso da guerra” (Gudin, 1951: 37).

Na guerra, “o planejamento econômico integral é essencial. O interesse privado nunca poderia congrega e aliciar a parte considerável dos fatores de produção necessários à produção de armas de guerra. Nem funcionaria aí o mecanismo dos preços, já que o comprador é um só. O célebre *slogan* do ex-Primeiro Ministro Neville Chamberlain em 1939/40 *business as usual* é uma pilhéria de mau gosto. Nem se pode limitar exatamente a intervenção do Estado à fase das operações militares. É preciso estendê-la ao período de desmoralização militar e econômica. O perigo está (...) na manutenção indefinida de controles que se eternizam, pelo conluio dos interesses econômicos dos grupos em não perder a proteção e dos interesses políticos dos governantes em não perder tão precioso instrumento de comando” (Gudin, 1951: 37-38).

A realidade sempre se apresenta mais rica do que a teoria que incessantemente busca alcançá-la. Nosso economista, ao justificar o planejamento somente na guerra, não estaria deixando transpirar que, na realidade, existe uma guerra constante entre capital e trabalho, assim como uma disputa entre os setores do capital para liderarem — cada setor segundo sua força — uma taxa maior de retorno? E não seria a “economia liberal” uma manifestação desta guerra em tempos de paz? Por exemplo, no caso brasileiro, Simonsen, ao defender o planejamento, não estaria manifestando uma guerra entre dois setores da economia? Mas parece que a fala de Gudin — nas entrelinhas — acaba por indicar estas contradições do capitalismo no plano geral e na particularidade cabocla.

Continuando no rastro de Gudin ainda dentro do tema, citaremos outro artigo, datado de setembro de 1954 e intitulado “Produtividade”.

Este artigo, publicado na *Revista Brasileira de Economia*,⁸ analisa a produtividade embasada no funcionamento técnico da produção: “A produtividade industrial no Brasil é, salvo raras e honrosas exceções, muita baixa” (Gudin, 1954b: 9). Detectado o problema, Gudin passa a examinar a sua gênese. O “problema da produtividade (...) é muito mais um problema técnico do que econômico. A Revolução Industrial foi feita pela Engenharia, pela Física, pela Química, e não pela Economia” (Gudin, 1954b: 10). Enfatizando sua visão “técnica” da questão, reconhece, porém, que existem aspectos de caráter econômico que devem ser ressaltados. Para nós interessa, particularmente, quando menciona a “produtividade agrícola” e a “produtividade industrial” e como as relaciona. Pois, ao mencioná-las e relacioná-las, Gudin explicita os pressupostos que temos mostrado até agora: “Teorias recentes, nascidas como subprodutos

8. A *Revista Brasileira de Economia* surgiu em setembro de 1947, ligada ao grupo de Gudin na Fundação Getúlio Vargas (RJ). Na apresentação de Luiz Simões Lopes deduzem-se as suas principais preocupações: “A Revista Brasileira de Economia vem preencher um lugar ainda vago no grupo das publicações nacionais sobre assuntos econômicos sob seus aspectos científico, teórico e aplicado. (...) O objetivo desta Revista ajusta-se, portanto, perfeitamente, ao de uma instituição devotada ao desenvolvimento e à aplicação da ciência, em benefício da cultura e do progresso da Nação, como é a Fundação Getúlio Vargas, que, por este motivo, resolveu assumir o encargo de editá-la, no propósito de assim contribuir para a divulgação de trabalhos que, por sua natureza e autoria, estejam em

condições de corresponder à expectativa dos que se dedicam ao estudo dos problemas econômicos".
Revista Brasileira de Economia, RJ, ano I, 1: 7-8, set. 1947. Na seqüência, Simões Lopes fala da "neutralidade" das posições assumidas pela Revista, distante das paixões ideológicas. Frisamos estas colocações, pois assumem uma dimensão idêntica ao posicionamento de Gudin, esclarecendo, portanto, nossas colocações, nas quais afirmamos que, para o autor, ideologia é só o marxismo: pois a defesa do capitalismo é somente a defesa de uma técnica natural de produção.

de estudos sobre a economia dos países subdesenvolvidos, tendem a associar: Agricultura com Pobreza e Industrialização com Prosperidade" (Gudin, 1954b: 21).

Fazendo uma crítica implícita à Cepal, cuja instituição namorou e da qual depois se afastou, passando a ser dela um crítico, diz: "Tal proposição esbarra, desde logo, na realidade do fatos. A Austrália, a Nova Zelândia, a Argentina, o Canadá (este até pouco tempo), a Dinamarca, etc. são países agrícolas, cujos nomes se inscrevem bem alto na escala da renda nacional *per capita* (...) dos 7 países de renda nacional mais alta do mundo, três (Nova Zelândia, Argentina e Austrália) são de economia preponderantemente agrícola. Nos Estados Unidos a renda nacional *per capita* mais elevada encontra-se em um condado do Estado de Iowa, essencialmente agrícola" (Gudin, 1954b: 21-22).

Todas estas colocações de Gudin assumem outro sabor, contrastadas com os últimos acontecimentos da época, que envolviam a teoria econômica. Celso Furtado relata o clima da Conferência da Cepal programada para maio de 1953: "Nossas atenções estavam voltadas para o Brasil, onde se realizaria a próxima Conferência, programada para maio de 1953 (...). Já em dezembro de 1949 me havia escrito Arizio Viana, diretor da Revista Brasileira de Economia, informando da grande repercussão que tivera a publicação do primeiro ensaio de Prebisch. E acrescentara: 'Esperamos que Haberler e possivelmente Jacob Viner nos remetam dos Estados Unidos alguns comentários, conforme prometeram ao Dr. Gudin'. Assim, a partir de 1950, abriu-se, por iniciativa deste, uma ofensiva no plano acadêmico contra as idéias da Cepal. (...) Dentre os muitos professores ilustres convidados para participar dessa cruzada de purificação ideológica ninguém era mais eminente do que o Professor Viner, da Universidade de Princeton. Coube-lhe fazer uma série de seis conferências, entre junho e agosto de 1950, na Fundação Getúlio Vargas, que enfeixavam uma bela e rigorosa exposição do pensamento ortodoxo. Uma das conferências foi dedicada a demonstrar a total falta de fundamento das disquisições de Prebisch, esse heresiarca que estava confundindo os espíritos despreparados" (Furtado, 1985: 138-139).

Radicalizando as teses cepalinas e tomando o cuidado em frisar que não era antiindustrialista, Gudin justifica: "Isto não quer absolutamente dizer que eu seja contrário à industrialização e favorável a um Brasil predominantemente agrícola" (Gudin, 1954b: 22).

Na realidade, o que parece é que Gudin se mostra favorável à divisão do trabalho entre os dois setores, agrícola e industrial, sendo

que o primeiro deva ter garantida a sua liderança: "Eu sou contrário é a essa indústria preguiçosa, que amassa fortunas para uma minoria de privilegiados à custa do consumidor, num regime de preços altos e produtividade muito baixa. Meio século após termos entrado (com a Light e Jorge Street) no caminho da industrialização não exportamos sequer um só produto industrial. Só se exporta o que se produz bem" (Gudin, 1954b: 22).

Reafirmando a sua preocupação com o mercado externo, em que a nossa economia sente na carne a mudança: "A Indústria foi criada no Brasil com os recursos da Agricultura do café e, ao fim de meio século, o seu melhoramento e a sua expansão continuam pendurados às cambiais do café" (Gudin, 1954b: 22).

São argumentos que, ao mesmo tempo que clamam a superioridade da política agrícola de exportação, reafirmam a liderança da indústria internacional. É o pensamento de base liberal, sustentando a Lei das Vantagens Comparativas nas vertentes atuais, aos moldes do pensamento de Viner e Harbeler.

Outro momento que transparece este seu modo de ver o mundo econômico — perspectivado através dos olhos do capital internacional e das elites ligadas ao setor tradicional — é o seu artigo publicado em setembro de 1952 na *Revista Brasileira de Economia*, intitulado: "O Caso das Nações Subdesenvolvidas" (Gudin, 1954b: 22).

Estamos vivendo o fim do segundo período da Era Vargas, que perdurou de 1951 a 1954, terminando com o suicídio do presidente. Um dos debates mais importantes — que está colocado no cenário nacional e no contexto latino-americano com repercussão internacional — é a problemática enfeixada no par: desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Esta discussão estava posta já no pós-II Guerra. Uma das nuances mais vivas está ligada à origem da Cepal — ponto também abordado por Gudin — e seu papel como a formuladora de um modelo teórico de interpretação e atuação nas chamadas economias periféricas.

Para prosseguirmos com um número maior de dados, uma vez que estamos focalizando o duelo de Gudin — e do grupo que gravitava ao seu redor na FGV do Rio — com os cepalinos, faremos uma breve retrospectiva da Comissão Econômica liderada pelo argentino Prebisch.

Para tal, Celso Furtado, economista que viveu intensamente este momento — e já retratou mais atrás como este órgão foi recebido no país por ocasião da Conferência de 53 — fornece-nos um painel

da Cepal e, antes de analisarmos algumas passagens de Gudin neste debate, vamos dar algumas pinceladas que podem ilustrar a questão: "As Nações Unidas haviam criado a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) em meados de 1948, fixando sua sede na capital do Chile, país autor da proposta e que muito se empenhara em sua aprovação" (Furtado, 1985: 53).

Raul Prebisch, figura central desta comissão, pretendia demonstrar os desequilíbrios da economia internacional e sua relação com a América Latina. As contribuições mais importantes já estavam postas desde o primeiro texto de Prebisch "e se referiam à dinâmica do sistema centro-periferia e aos desequilíbrios estruturais engendrados nas economias periféricas pelo novo centro principal (Estados Unidos), que combinava elevada produtividade e protecionismo seletivo. O que dava importância ao novo documento era seu tom de denúncia de uma situação intolerável a que eram condenados os países exportadores de produtos primários. (...) O comércio exterior é bom, não porque permite maximizar vantagens comparativas, mas porque nos fornece meios de pagamento para importar equipamentos, diversificar as estruturas produtivas, assimilar técnicas modernas. O sistema tradicional de divisão internacional do trabalho opera implacavelmente no sentido de criar servidões para os países da periferia" (Furtado, 1985: 62-63).

Desde o seu surgimento, a Cepal promove conferências divulgadoras de suas idéias. Celso Furtado já tinha traduzido parte do trabalho de Prebisch, permitindo com isso o acesso deste ideário ao público brasileiro. Linhas atrás comentamos sobre a Conferência no Brasil e a repercussão dos trabalhos dos cepalinos.

Gudin, como homem do seu tempo e intelectual pronto a responder às questões mais candentes, enfrentou o debate. Era, na realidade, a continuação, agora em nível latino-americano, da polêmica com Simonsen. Falando sobre este ponto, Mantega reafirma nossas indicações: "Nesse período de consolidação do novo Brasil urbano-industrial, acentuava-se o confronto entre os velhos interesses agroexportadores, em franca decadência, e os novos segmentos sociais vinculados à acumulação industrial, cujas idéias ganhavam terreno, no cenário nacional. A 'controvérsia sobre o desenvolvimento econômico', conforme ficou conhecida essa discussão, travava-se entre uma corrente que defendia o liberalismo econômico, preocupada em garantir a 'vocaçãõ agrária' do Brasil, e uma corrente desenvolvimentista, que pregava a intervenção do Estado na economia para implementar a industrialização do país. Estavam dadas as duas linhas ideológicas mestras em torno das

quais se polarizava a intelectualidade brasileira durante a década de 50. Na verdade, a polêmica entre o intervencionismo desenvolvimentista e o liberalismo econômico já se manifesta na década anterior, quando o líder empresarial Roberto Simonsen terçava armas com o professor Eugênio Gudin, o principal porta-voz do monetarismo neo-clássico no Brasil. Entretanto, somente nos anos 50 essa discussão ganhou a estatura de um verdadeiro confronto teórico, com a entrada em cena de várias intelectuais e mesmo instituições especializadas” (Mantega:1984: 11-12).

Ainda na mesma linha que vimos argumentando ao longo deste trabalho, em relação aos contornos teóricos gudinianos, Mantega continua: “Do ponto de vista teórico, a corrente liberalista não apresentava maior criatividade, limitando-se a repetir os velhos princípios da regulação automática do mercado, com sua alocação ótima de recursos e a sublinhar a excelência da Teoria das Vantagens Comparativas. A novidade ficava por conta dos desenvolvimentistas que vão encontrar na Cepal o laboratório para a elaboração e divulgação das novas idéias. De fato, com a morte de Roberto Simonsen, na segunda metade da década de 40, a Comissão Econômica para a América Latina tornou-se o grande bastião da industrialização e de seu planejamento, que iria congregiar os principais pensadores dessa nova ideologia” (Mantega, 1984: 12).

Tendo o que precede como quadro informativo do debate liberalismo x desenvolvimentismo, podemos balizar as colocações de Gudin e verificar a sua posição. Sua constatação sobre o subdesenvolvimento emerge no bojo de sua análise da economia internacional — como é de praxe no seu discurso, enfoca o cenário brasileiro com os olhos do capitalismo clássico — e da mudança da liderança inglesa para a norte-americana: “A agraviação da situação e das perspectivas dos países subdesenvolvidos (deu-se) por motivo da substituição, na liderança econômica do mundo da Inglaterra, país fortemente interessado na economia mundial, pelos Estados Unidos, país de economia quase auto-suficiente, conjugado esse fato com o advento da Grande Depressão na década dos 1930. Basta dizer que o coeficiente de importações em relação à renda nacional é nos Estados Unidos de hoje inferior a 4%, enquanto que na Inglaterra de antes da primeira guerra mundial, ele era superior a 30%, com a séria agravante de que, enquanto o balanço de comércio internacional da Inglaterra era fortemente deficitário, o dos Estados Unidos apresenta grande superávit. E enquanto a Inglaterra investia no estrangeiro cerca de metade de suas economias, os Estados Unidos de hoje investem muito menor proporção das suas

economias no estrangeiro. Diga-se, em abono dos Estados Unidos, que na década de 1920, que se seguiu à primeira guerra mundial, muitos e vultosos foram os empréstimos e investimentos americanos no estrangeiro. Mas a subsequente grande depressão dos anos de 1930, arruinando durante quase dez anos a economia dos grandes como dos pequenos países — muito mais por culpa (se culpa houve) daqueles do que destes —, e forçando os devedores à insolvência parcial ou total, abalou fundamentalmente a confiança de prestamistas e investidores americanos nas aplicações no estrangeiro, a que se tinham lançado, com precipitação e inexperiência na década anterior” (Gudin, 1952b: 47-48).

Gudin, com relação ao subdesenvolvimento, comporta-se de maneira análoga ao diagnóstico que faz dos problemas económicos existentes no século XX. A causa dos males é a mudança da liderança mundial, que passou da Inglaterra para os Estados Unidos, pois o novo líder não cumpre o mesmo papel estabilizador que a economia britânica. Assim, como nas páginas anteriores, percebemos esta análise para dar conta dos distúrbios da economia, tanto a nível nacional como internacional. Agora, este modelo reaparece para ser usado como forma analítica para se encaixar o atraso brasileiro: “Sob o regime britânico a economia de um grande número de países agrícolas do mundo era como que complementar da economia britânica. Quando a Inglaterra investia grandes capitais nas estradas de ferro argentinas, além do interesse de prestamistas, tinham os ingleses o forte incentivo das exportações de material fixo e rodante fabricado na Inglaterra como das importações, a custos de produção mais baixos, dos cereais produzidos nas maravilhosas planícies da aluvião marginais do Rio da Prata. Nada disso interessa — os Estados Unidos, que têm, dentro do seu próprio e extenso território, produções concorrentes (e protegidas) de gêneros alimentícios, pecuários e matérias-primas. Sob muitos aspectos, portanto, a liderança económica do mundo mudou para pior, no que respeita aos países subdesenvolvidos” (Gudin, 1952b: 48).

Colocado este modelo de análise — construído com uma tipologia generalizadora que comporta e contempla vários fenómenos, podendo portanto ser retomada a qualquer momento —, reconhece-se a existência de dois blocos distintos com perspectivas diferentes, que acabam dificultando as engrenagens do equilíbrio perfeito. Havendo, inclusive, mais um complicador: a impaciência dos povos subdesenvolvidos em chegar ao capitalismo naturalista nos moldes dos países centrais.

Gudin quer que o mundo dê marcha a ré e volte ao século XIX. É o retrato do Brasil imperial que se encaixa no seu tipo ideal de

economia natural. Se tudo se mantivesse segundo este quadro, o efeito das vantagens comparativas redistribuiria os ganhos e o mundo todo só se desenvolveria harmonicamente, sem cessar. Mas a história real está para além dos contornos do quadro de Gudin. A realidade escapou da moldura e fez valer o seu peso. Só que, para o nosso economista, a realidade, que se move e gera crises, está confinada ao fator político. Ele é que mudou o curso natural das coisas através das guerras, das grandes depressões (apesar de só reconhecer a II de 1930), etc. E agora, todo este modelo de pensar o mundo reaparece para pensar o subdesenvolvimento. Também este fenômeno econômico é explicado pelo fator político.

Desenhado o quadro onde está inserido o subdesenvolvimento, vamos agora mostrar como o autor o analisa dentro de sua visão de progresso: “Mas o próprio problema fundamental do progresso econômico não depende, senão subsidiariamente, de medidas de técnica econômica, relativas por exemplo ao comércio internacional ou às instituições monetárias ou aos ciclos dos negócios” (Gudin, 1952b: 49).

Se o progresso não depende diretamente da economia e de seu funcionamento natural, então “o problema é de âmbito mais amplo e transcende a esfera de competência dos economistas” (Gudin, 1952b:49). Isto porque o progresso, sendo natural, já é dado *a priori*, só nos resta a conformação: “Se a civilização ocidental se desenvolveu invariavelmente fora da zona tropical, se o clima constituiu sempre um fator capital do metabolismo orgânico do homem, com repercussão direta no desenvolvimento econômico, se a grande agricultura é sinônimo de planície, se o obstáculo das cordilheiras erigidas pela Natureza sempre dificultou a conquista da terra pelo homem enquanto que os rios facilmente navegáveis a facilitaram, se os países que dispuseram de carvão de boa qualidade e de petróleo fácil encontraram nesses elementos físicos precioso elemento de prosperidade, não há como negar que o desenvolvimento econômico é primordialmente função do clima, dos recursos da Natureza e do relevo do solo” (Gudin, 1952b: 50).

A natureza determina a divisão do trabalho e, se a dádiva natural não brinda determinada região com condições favoráveis para o progresso, não há porque culpar as trocas internacionais, decorrência lógica desta situação. Apesar de o autor negar a existência, no seu posicionamento, de um “determinismo telúrico”, assim como o não-reconhecimento da utilidade do esforço para superar os obstáculos naturais, evidencia-se na sua obra uma posição de acomodação ao subdesenvolvimento, visto que a solução

das nossas dificuldades fica a mercê da “vocação natural” de cada país. E a nós, só resta sermos subdesenvolvidos, pois não fomos agraciados com as vantagens do Primeiro Mundo. São ricas as passagens, nos textos do autor, que ilustram a sua posição; porém, para efeito de demonstração, o dito até agora é suficiente.

Vista a questão do determinismo natural do progresso, passemos para a relação subdesenvolvimento e industrialização. Para o nosso economista a indústria não representa “a solução mágica do problema dos países subdesenvolvidos, independentemente da consideração do aumento de renda real” (Gudin, 1952b: 65).

Para Gudin, se um determinado produto já é fabricado em algum lugar a preç o menor, não há porque ser fabricado em outro. Cada um deve produzir o que naturalmente tem condições. Estreitando a questão da produção industrial de um país aos preç os comparativos, ele nega a superação do subdesenvolvimento com o advento da indústria, enxergando nesta colocação somente a exacerbação do nacionalismo, cuja postura classifica como estreita: “(...) o nacionalismo, que   outra manifestação de burrice coletiva, numa época em que o imperialismo econômico já está enterrado com todos os sacramentos, em que o México despacha sem cerim nia os concessionários americanos do petróleo e em que Mossadegh expulsa arbitrariamente os ingleses, sem sofrer represálias políticas. O nacionalismo latino-americano de hoje é um triste complexo de inferioridade que está dificultando a colaboração do capital estrangeiro, que tanto contribuiu para o progresso de países já hoje mais do que emancipados, como os Estados Unidos, o Canadá, a Austrália, etc.” (Gudin, 1952b: 66).

Num mundo regido pelas leis naturais, onde o imperialismo está morto e enterrado, cabe aos povos subdesenvolvidos agirem segundo os seus recursos naturais (os que sobraram) enquanto esperam pelo capital estrangeiro, sem nacionalismo ou protecionismo — pois isto afugenta os colaboradores.

Esta é a receita que Gudin nos oferece na década de 50 para a superação dos nossos problemas estruturais, tais como a crise e a miséria. Após fecharmos nossos comentários sobre o artigo, cabe ainda uma ressalva em relação ao mesmo e ao contexto histórico em que foi produzido. E, mais uma vez — para este acabamento histórico —, solicitaremos as palavras de Furtado, que nos faz ver este artigo de Gudin como divisor de águas, afetando inclusive a produção intelectual da época: “Depois do artigo do Prof. Gudin sobre ‘o caso das nações subdesenvolvidas’ convenci-me de que

era indispensável que criássemos uma nova revista, que somente se concretizaria algum tempo depois” (Furtado, 1985: 163).

E lendo a posição de Furtado sobre Gudín, fica clara a razão do seu comentário: “Sem dúvida vivíamos uma fase de grandes transformações na economia do país, quiçá sem precedentes. Já me referi ao fato de que o Brasil acumulara um considerável atraso dentro da própria América Latina. O pensamento dominante, como o do Prof. Gudín, não se surpreendia com isso, pois estava imbuído de determinismo geográfico que estivera em moda no século XIX. A Argentina, dizia-se, tinha melhor clima e melhores solos que nós. Ora, não se necessitava de muita ciência, àquela altura do século XX, para perceber que as causas de nosso atraso tinham raízes históricas, podendo ser removidas pela sociedade. Certo: as circunstâncias em que se dão as mudanças que conduzem ao desenvolvimento no curso da História, nem sempre são fáceis de perceber, menos ainda pelos contemporâneos. Mas era evidente que a Grande Depressão obrigara o Brasil a mudar de rumo aos trancos e barrancos, descobrindo as potencialidades do mercado interno” (Furtado, 1985: 160).

Como ilustração aos comentários de Furtado e para apresentar a visão contrária de Gudín, demonstraremos os mesmos pressupostos do autor em outro texto.

Gudín diz: “Mutatis-mutandis, pode um país ter uma porcentagem mais elevada de população agrícola por ser exportador de produtos alimentícios. É o caso do Canadá, da Nova Zelândia, que têm porcentagens de população ocupada na Agricultura cinco ou seis vezes maiores que a da Grã-Bretanha, apesar de terem renda real, *'per capita'* não inferior a desse país” (Gudín, 1956: 29).

Para o economista carioca, “o progresso consiste em melhorar a produtividade agrícola, de modo a obter uma produção acrescida com menor utilização de mão-de-obra, liberando fatores de produção que se tornaram disponíveis para a indústria, ou para os serviços chamados terciários” (Gudín, 1956: 29).

Insistindo na tese da incompreensão da nossa verdadeira vocação para o desenvolvimento, brada contra a “confusão cepalina”: “A confusão se infiltra não raro nesse raciocínio quando em vez de considerar a produção secundária (indústria) como uma consequência da alta produtividade no setor agrícola, se a considera fonte e causa do alto padrão de vida. Se assim fosse, bastaria, (...) decretar que de cada três operários dois deveriam estar na indústria, para se ter realizado o desenvolvimento econômico” (Gudín, 1956: 29).

Não abandonando a postura crítica ao desenvolvimentismo e frisando a defesa da produtividade como norma da conduta econômica, continua: "O erro no nosso processo de desenvolvimento tem justamente consistido em promover a industrialização, independente da melhoria da produtividade agrícola e conseqüente liberação dos fatores de produção. A mão-de-obra da Indústria tem sido suprida pela migração das regiões agrícolas para as cidades ou para os centros industriais, em detrimento da produção agrícola" (Gudin, 1956: 29).

Enxergando o desenvolvimento industrial a partir da ótica agrícola lembra as palavras de Roberto Campos: "Industrializar a agricultura antes de industrializar a indústria para alargar a base de produção primária sobre a qual se engeria o edifício industrial" (Gudin, 1956: 29).

Defendendo a palavra de ordem no sentido de modernizar o campo e atribuindo à indústria — prioritariamente — este papel no desempenho da economia nacional, lamenta os incentivos oficiais dados à "industrialização da indústria", assim como o incentivo à política salarial: "Não era pois interessante trabalhar-se no setor de produção agrícola, em que os preços eram comprimidos, quando se podia trabalhar no setor industrial, quase inteiramente livre dos controles. A considerar ainda que os salários mínimos decretados para o setor industrial não eram extensivos ao setor agrícola" (Gudin, 1956: 30).

Gudin é incansável na defesa do setor agro-exportador: "Não tenho dúvida de que um forte investimento em cafés finos, isto é em estudos, experiências, ensino e auxílio à sua produção seria infinitamente mais proveitoso e mais prudente para o país, do que os investimentos em indústrias pesadas e manufaturas várias que por aí vão. Se, de fato, estamos resolvidos a dar a 'arrancada' para o desenvolvimento econômico, precisamos compreender que não é mais possível limitar as nossas exportações, como até agora temos feito com o açúcar, com a borracha e com o café, aquilo que a natureza produz quase sozinha, independente do *know-how*. Temos enormes possibilidades de exportação de minérios, de carnes, de frutas, de ovos, etc., desde que nos habilitemos a apreender e a utilizar as técnicas modernas de produção" (Gudin, 1956: 38).

Gudin, ao apontar as diferenças entre a industrialização norte-americana, ressalta a importância do conhecimento e do investimento estrangeiro para a alavancagem do progresso: "A grande diferença entre o caso americano e o nosso está em que um grande número de indústrias americanas atingiram em tempo razoável, o mesmo grau de eficiência que as indústrias européias concorrentes

e que, salvo casos especiais, o protecionismo aduaneiro não funcionou ali como um instrumento de anestesia da produtividade. É que os americanos dispunham abundantemente de gente capaz e de *know-how* que afluíram larga e livremente da Europa, juntamente com o capital estrangeiro que era recebido sem restrições, nem complexos" (Gudin, 1956: 40).

Não aceitando as razões históricas como explicação para o nosso atraso, rebate com o argumento técnico: "Agricultura não é sinônimo de pobreza, nem Indústria sinônimo de riqueza. Pobreza é sinônimo de baixa produtividade, seja ela agrícola ou industrial" (Gudin, 1956: 40). Logo: "O mal de nossos países não tem sido o caráter predominantemente agrícola de sua produção e sim a enorme incapacidade (...) de melhorar sua produtividade" (Gudin, 1956: 44).

Numa frase de Gudin, que veremos a seguir, está sintetizada a sua oposição a Furtado e seu grupo: "A Grande Depressão não voltará jamais" (Gudin, 1956: 44). É a fé na lógica natural do fator econômico, pois "a hipótese central de sua argumentação, (...) é a da existência de pleno emprego na economia brasileira. Era este um ponto indispensável à consistência de suas formulações. ... Poucos são seus textos mais importantes sobre a economia brasileira em que não repete enfaticamente a idéia de que a mesma sofre de baixa produtividade e de 'hiperemprego' e não, como diziam os desenvolvimentistas, de desemprego" (Bielschowsky, 1985: 48-49).

Gudin deixou bem marcado o terreno de sua atuação no debate do desenvolvimentismo, "armado de um sistema analítico, engenhosamente adaptado para enfrentar as questões da economia política brasileira, ... foi o grande adversário teórico dos desenvolvimentistas brasileiros de orientação nacionalista. Um adversário aguerrido, sem dúvida, porque, politicamente, era um liberal e um conservador dos mais fervorosos. Talvez por isso mesmo sua discussão relativa à questão do planejamento econômico seja algo incompleta se comparada a outras questões essenciais. Predominou nessa questão sua obsessiva oposição política a intervenções do Estado na economia, que considerava corresponderem a perigosas concessões ao socialismo. Daí decorre o tom marcadamente ideológico de alguns de seus textos" (Bielschowsky, 1985: 49).

Mais uma vez Gudin reafirmou os seus princípios neoliberais, assim como sua posição de classe na facção ligada ao mercado externo e à produção primária, não deixando dúvidas sobre o seu projeto econômico-político. Cerrou fileiras contra as idéias novas,

empunhou a pena e, até hoje, é tido pelo pensamento ortodoxo como um baluarte desta controvérsia.

BIBLIOGRAFIA

- BIELSCHOWSKY, Ricardo. (1988). *Pensamento econômico brasileiro— o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro, Ipea/INPES.
- FURTADO, C. (1985). *A fantasia organizada*. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- GUDIN, E. (1947). "Taxa de juros". Revista *Digesto Econômico*, ano III, 27: 67-75, São Paulo.
- _____(1950). "A rendição da guarda". Revista *Digesto Econômico*, ano IV, 62: 60-68, São Paulo.
- _____(1951). "Planejamento econômico". Revista *Digesto Econômico*, ano VII, 77: 30-40, São Paulo.
- _____(1952). "O caso das nações subdesenvolvidas". *Revista Brasileira de Economia*, 3: 47-77, Rio de Janeiro.
- _____(1954a). "Salário mínimo". Revista *Digesto Econômico*, ano X, 118: 5-11, São Paulo.
- _____(1954b). "Produtividade". Revista *Digesto Econômico*, ano X, nº 114, São Paulo.
- _____(1956). "Orientação e programação do desenvolvimento econômico". *Revista Brasileira de Economia*, 10(3): 7-60, Rio de Janeiro.
- _____(1980). "Depoimento". *CPDOC/História Oral*, FGV-RJ.
- MANTEGA, G. (1984). *A economia política brasileira*. São Paulo, Polis/Nozes.
- OLIVEIRA, F. (1977). "Economia brasileira: crítica à razão dualista". *Seleções Cebrap*, nº1, São Paulo.
- SILVA, Salomão Quadros da. (1994). "O Brasil de Getúlio Vargas visto da Fundação Getúlio Vargas". Gomes, Ângela M. de C. (org), *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.